

# GRUPOS DE POUPANÇA E CRÉDITO ROTATIVO COMO VECTORES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS COMUNIDADES RURAIS EM MOÇAMBIQUE

Sadia Banú Sultuane Jethá<sup>1</sup>

## RESUMO

O estudo reflecte uma discussão sobre Grupos de Poupança e Crédito Rotativo como vector de desenvolvimento para as comunidades rurais em Moçambique. Apresenta reflexões sobre a influência destes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo no nível de vida dos seus integrantes e no desenvolvimento das comunidades em que elas se inserem. O trabalho foi desenvolvido à base de pesquisa bibliográfica. Para compreender o fenómeno dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, buscou-se um suporte teórico-conceitual sobre os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo e desenvolvimento. As conclusões enfatizam a capacidade dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo impactar positivamente na vida dos seus integrantes proporcionando mudanças e melhorias no seu nível de vida e como eficazes para a solução dos problemas de acesso ao crédito.

**Palavras-chave:** Grupos de Poupança e Crédito Rotativo. Desenvolvimento. comunidades rurais.

## SAVINGS AND ROTATING CREDIT GROUPS AS VECTORS OF DEVELOPMENT FOR RURAL COMMUNITIES IN MOZAMBIQUE

## ABSTRACT

The study reflects a discussion on Savings and Rotating Credit Groups as a development vector for rural communities in Mozambique. It presents reflections on the influence of these Savings and Rotating Credit Groups on the living standards of their members and on the development of the communities in which they are located. The developed work based on bibliographical research. To understand the phenomenon of the Savings and Rotating Credit Groups, a theoretical-conceptual support sought on the Savings and Rotating Credit Groups and development. The conclusions emphasize the capacity of the Savings and Rotating Credit Groups to positively impact on the lives of their members providing changes and improvements to their standard of living, and they are knew as effective in solving problems of access to credit.

**Keywords:** Savings and Rotating Credit Groups. Development. Rural Communities.

---

<sup>1</sup> Mestre em População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), [sultanesadia@gmail.com](mailto:sultanesadia@gmail.com).

## LOS GRUPOS DE AHORRO Y CRÉDITO ROTATIVO COMO VECTORES DE DESARROLLO PARA LAS COMUNIDADES RURALES DE MOZAMBIQUE

### RESUMEN

El estudio es una reflexión sobre los Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo como vector de desarrollo para las comunidades rurales de Mozambique. Presenta reflexiones sobre la influencia de estos Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo en el nivel de vida de sus miembros y en el desarrollo de las comunidades en las que se encuentran. El trabajo se desarrollo a partir de una investigación bibliográfica. Para comprender el fenómeno de los Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo, se buscó un soporte teórico-conceptual sobre los Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo y el desarrollo. Las conclusiones destacan la capacidad de los Grupos de Ahorro y Crédito Rotativo para incidir positivamente en la vida de sus miembros a través del aumento de la producción, el empleo y los ingresos, propiciando cambios y mejoras en su nivel de vida y también se ha considerado eficaz para resolver los problemas de acceso al crédito de las personas sin acceso al crédito formal y también como aliado para reducir la pobreza en las comunidades rurales.

**Palabras Clave:** Grupos de ahorro y crédito rotativo. Desarrollo. Comunidades rurales.

### 1. INTRODUÇÃO

Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCRs) vulgarmente denominados ASCAs (*Accumulated Savings and Credit Associations*) são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais (GPCR, 2016).

Em Moçambique, a promoção dos Grupos de Poupança e Crédito (GPC) como meio de inclusão financeira tem-se intensificado desde a sua introdução pela CARE<sup>2</sup> na década de 90, actualmente, a promoção destes grupos vem sendo feita por diferentes organizações governamentais e não-governamentais, e tem grande expressão nos programas oficiais de expansão financeira como o Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR), que é coordenado pelo Fundo de Apoio à Reabilitação Económica (FARE) (ALI ET AL., 2014).

---

<sup>2</sup> A CARE é uma organização humanitária dedicada à luta contra a pobreza, está em Moçambique há mais de 20 anos. Os GPC foram introduzidos em Moçambique por volta da década de 90 pela CARE (para mais detalhes veja <http://www.care.org/careswork/index.asp>).

Uma das principais prioridades das agendas de desenvolvimento da actualidade é o acesso a serviços financeiros pelas comunidades pobres excluídas destes serviços (Ibidem, p.137).

Segundo Rosário (2020, p. 197) "em Moçambique existem vários tipos de ASCAS ou Grupos de Poupança e Crédito Rotativo. Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo surgem para responder as lacunas existentes nos bancos que geralmente são constituídas por políticas rígidas para as comunidades de baixo rendimento". No entanto, a actividade financeira destes grupos consiste em mobilizar poupança dos seus membros e, com base nesta poupança, conceder crédito sobre o qual são cobradas taxas de juro, gerando assim rendimentos que são redistribuídos pelos membros do grupo no final de um dado ciclo (Ibidem, p. 201).

De acordo com Meneses (2011, p. 12), "o sistema financeiro informal envolve devedores e credores financeiros, desenvolvem-se e asseguram produção, emprego e rendimento para uma boa parte dos cidadãos dos países em vias de desenvolvimento".

O acesso a serviços financeiros é cada vez mais reconhecido pelos seus efeitos multiplicadores no desenvolvimento pessoal de um indivíduo e no crescimento e desenvolvimento económico de um país (FSDMoç<sup>3</sup>, 2017). Como refere FSDMoç. "a sua importância é sentida diariamente, na sua capacidade de atender às necessidades de vida de um indivíduo, emergência, oportunidade e gestão de dinheiro" (Ibidem, 2017. p. 10).

Estes grupos de poupança tem como função criar condições para que as pessoas pobres e sem acesso ao crédito formal possam beneficiar-se de crédito e poupança, e ao mesmo tempo cria condições para que possam de alguma forma melhorar o seu nível de vida, e servindo ainda como aliados na redução da pobreza junto as comunidades rurais.

O estudo foi orientado pela seguinte questão de partida:

Até que ponto estes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo contribuem para melhorar o nível de vida dos seus integrantes?

O desenvolvimento no entender de Sen tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Ainda para este autor expandir as liberdades que temos, razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em

---

<sup>3</sup> *Financial Sector Deepening Mozambique.*

prática nossas vontades, interagindo com o mundo em que vivemos e o influenciando (SEN, 2000).

É nesse âmbito que se pretende analisar os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo como vectores de desenvolvimento para as comunidades rurais em Moçambique, para o alcance desse objectivo procurou-se verificar as características, a organização e o funcionamento dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, descrever a natureza das actividades económicas praticadas pelos membros dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo e verificar o impacto socioeconómico destes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo sobre o desenvolvimento das comunidades rurais.

Para a consecução desses objectivos foram consultados diversos artigos através da revisão bibliográfica onde se fez uma leitura aprofundada sobre os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, e desenvolvimento, nas publicações, livros, teses, dissertações, relatórios, artigos de revista, relatórios de consultoria, o que possibilitou o reconhecimento dos aspectos importantes que cercam o presente estudo. O método bibliográfico é composto pelo “[...] conjunto de conhecimentos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto [...]” (FACHIN, 2001 apud DORIGUEL e BONACHELA, 2017).

O artigo está estruturado da seguinte maneira: de início é apresentada a introdução e a metodologia juntamente com a descrição do estudo, de seguida discutir-se-á os conceitos de Grupos de Poupança e Crédito Rotativo e Desenvolvimento. Em sequência, os resultados são discutidos onde mostraremos as características organização e funcionamento dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, as actividades desenvolvidas pelos membros destes grupos e o impacto socioeconómico dos mesmos sobre o desenvolvimento das comunidades rurais. Por fim, apresentam-se as considerações, seguida das referências bibliográficas citadas no presente estudo.

## **2. CONCEITOS: GRUPOS DE POUPANÇA E CRÉDITO ROTATIVO, E DESENVOLVIMENTO**

Para Massarongo *et al.*, (sd) os GPC<sup>4</sup> são um conjunto de pessoas que se reúnem por afinidade, vizinhança ou associativismo em actividades socioeconómicas para realização de

---

<sup>4</sup> Grupos de Poupança e Crédito.

poupanças, que por sua vez são usadas para a concessão de crédito dentro do próprio grupo, através do pagamento de uma determinada taxa de juros. De acordo com GPCR<sup>5</sup> (2016, p. 7) apud Rosário (2020, p. 198) os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCRs) vulgarmente denominados ASCAS “são formas organizativas de promoção do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais”.

Na concepção de Meneses (2011, p. 31):

Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCR) constituem um sistema micro financeiro adaptadas as comunidades com baixos rendimentos, visando melhorar as condições socio-económicas das pessoas rurais e a sua capacidade de assegurar uma melhor sustentabilidade para elas próprias e suas famílias, oferecendo-lhes o acesso a um sistema de poupança e crédito permanente aos grupos interessados na organização e funcionamento dos mesmos.

No entender de Sen (2000, p. 18), o desenvolvimento "requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade (pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas, e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos), o mundo actual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas". "A ausência de liberdades substantivas relaciona-se directamente com a pobreza económica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico" (Ibidem, p. 19).

Para Vasconcelos e Garcia (1998 p. 25), o desenvolvimento:

É um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto, e a alocação dos recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Souza Jr. (2002) citado por Rosário (2014) definiu por sua vez o desenvolvimento como sendo a tentativa de solucionar os problemas da pobreza, nutrição, esperança de vida, mortalidade infantil, redistribuição do rendimento, educação, água potável e saneamento básico, entre outros problemas sociais de que padece a humanidade. Como sustenta Oliveira (2002) pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afectar a qualidade de vida da sociedade, para Neto e Garcia (1987) apud Barros (2016)

---

<sup>5</sup> Grupos de Poupança e Crédito Rotativo.

desenvolvimento implica não só a ideia de um melhoramento económico, como também a de uma maior dignidade humana, de maior segurança, justiça e igualdade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Descrição, organização e funcionamento dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo

Segundo Honohan e Beck (2007), apud Fumo (2015) em África o sistema financeiro formal abrange apenas 20% das famílias, razão pela qual algumas famílias mais carenciadas, optam pelo sistema informal para participarem dos mercados financeiros. Assim, destacam-se os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, estes grupos existem de modo informal, em todo o continente africano. Como forma de minimizar o limitado acesso das pessoas ao dinheiro, alguns actores têm estado a promover programas de Poupança e Crédito Rotativo (PCR), forma de operação financeira com base comunitária, onde os membros locais obtêm crédito para satisfazer algumas necessidades CAPAINA (2017). Conforme explica Trindade (2018), existem em todo o país vários tipos de associações de poupança e crédito rotativo, sendo algumas mais comuns no sul, outras no norte, tanto no meio rural assim como no meio urbano.

Como refere Rosário (2020, p. 197) "a sua característica é o envolvimento da comunidade e dos seus membros na gestão das estruturas financeiras locais, uma metodologia que permite substituir as garantias formais por garantias morais". Como aponta Fumo (2015) a partir da metodologia de poupança e crédito rotativo formalizada e difundida pela CARE, surgiram várias formas de poupança que geram créditos para os próprios poupadores. As principais modalidades são as ROSCAS<sup>6</sup> (*Rotating Savings and Credit Associations*) e as ASCAS<sup>7</sup> (ROCHA 2004, MATIAS 2005 citado por FUMO 2015).

---

<sup>6</sup> Uma ROSCA típica é formada por um grupo de dez a quinze pessoas de uma comunidade de vizinhos, empregados de uma empresa ou comerciantes que se encontram em uma área periodicamente e depositam, em um fundo comum, um valor previamente acordado. Em cada encontro do grupo um de seus membros, em regime rotativo, recebe a soma total do fundo, podendo o beneficiado ser outorgado de diferentes formas como sejam por sorteio, prévio atendimento, entendimento na reunião ou por lance (RUTHERFORD, 2000 apud FUMO, 2015).

<sup>7</sup> Nas ASCAS, os créditos não são automáticos para todos os membros do grupo, devendo ser autorizados por um comité, e o mutuário deve oferecer garantias para a sua eleição. Geralmente o ciclo de poupança das ASCAS tem a duração de um ano, mas pode ser dissolvida antes, com a distribuição de seu património, entre os participantes (RUTHERFORD, 2000 apud FUMO, 2015).

Conforme argumenta Fumo (2015), o xitique é a forma mais simples desta abordagem, pela qual um grupo de pessoas, social e economicamente próximas se juntam para realizar em conjunto operações de poupança e de crédito, que não conseguiriam fazer de maneira isolada. O *xitiki*<sup>8</sup> é uma das práticas de poupança e crédito rotativo mais conhecidas e comuns no sul de Moçambique, especialmente na cidade de Maputo (TRINDADE, 2018). Cunha (2011) apud Trindade (2018) argumenta, que o *xitiki* tem sido analisado fundamentalmente como uma prática comum de poupança e crédito rotativo entre um grupo restrito de pessoas, normalmente mulheres.

Neste estudo abordaremos os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR's) vulgarmente denominados ASCAS onde a sua criação é feita por promotores ou supervisores e cada membro deposita um valor conforme as suas possibilidades, estes grupos geralmente têm maior incidência nas zonas rurais.

Conforme explicam Ali *et al.*, 2014, p.140:

O processo de criação dos GPC é feito pelos supervisores e/ou promotores contratados pelos operadores que, durante um certo período de tempo (geralmente um ciclo), fazem um acompanhamento aos grupos. Ao fim de um ciclo de acompanhamento, espera-se que os grupos atinjam maturidade e não dependam do acompanhamento sistemático de um promotor/animador remunerado pelo operador. Nos casos em que, após o fim do ciclo, os grupos ainda necessitam de acompanhamento, estes, geralmente, remuneram o animador ou facilitador que os assiste (por sessão solicitada pelo grupo), com base nas contribuições dos membros do grupo.

O funcionamento do GPC é influenciado pela natureza da organização que promove a sua criação, sendo assim, as características e o seu funcionamento variam em função da metodologia e objectivos de cada operador/promotor, MASSARONGO *ET AL.*, (sd). As poupanças depositadas regularmente junto do grupo em reuniões (semanais, quinzenais ou mensais) são a base para o crédito, antes do início dos depósitos, os grupos são capacitados pelos provedores de serviços, definem as regras de trabalho e elegem um comité de gestão (GPCR, 2016).

De uma maneira geral, de acordo com Massarongo *et al.*, (sd, p. 262):

Estes grupos geralmente funcionam em ciclos de 6 a/ou 12 meses. Durante este ciclo os grupos desenvolvem a sua actividade financeira e no fim deste período o grupo

---

<sup>8</sup> Xitiki escrito por outros também como Xitique é uma palavra local dado às poupanças rotativas e grupo de crédito (ROSCA), também conhecido como carrossel. Xitique geral é um sistema similar ao Susu na África Ocidental, onde o participante paga um montante fixo a um colector e recebe o seu próprio dinheiro de volta, menos uma comissão, a intervalos regulares (FSDMoç<sup>8</sup>, 2017, p. 28).

distribui aos seus membros os rendimentos arrecadados e acumulados com a actividade financeira ao longo do ciclo. O número de membros varia em função da metodologia usada e limites estipulados pelo próprio grupo, sendo geralmente de dimensão que permita gerir e manter confiança dentro do grupo.

Em cada reunião, cada pessoa deposita conforme as suas possibilidades e estes valores variam geralmente de 10,00 a 500,00 Meticais (GPCR, 2016). Conforme Capaina (2017) explica o montante mínimo de poupança depende da capacidade financeira dos membros, podendo mudar, normalmente, o grupo mantém um montante colectivo através do pagamento de um valor fixo, que o membro deve fazer sempre que realiza a poupança como um fundo (social) para gastos sociais no grupo. Os membros funcionam como poupadores e mutuários, as operações monetárias são anotadas nas cadernetas individuais e numa caderneta colectiva do grupo. O grupo tem um caderno que fica arquivado na mala para o registo de todas as transacções semanais dos membros (OPHAVELA, 2021). Ali & Ibraimo (2014, p. 144 apud Rosário, 2020, p. 201) explanam:

A gestão do funcionamento do grupo e o registo das operações são feitos por um comité de gestão eleito pelo grupo, os valores monetários das poupanças e remanescentes (após empréstimos ou cobranças de juros, fundo social e multas) movimentados no grupo são depositados numa caixa ou cofre com duas ou três chaves, controlado pelo guardião de caixa.

GPCR menciona que "para abrir a mala são necessárias 3 pessoas, o que melhora, até certo ponto, a segurança dos depósitos" (GPCR, 2016, p. 2). Assim, GPCR explica que:

No fim do ciclo, as poupanças são redistribuídas pelos donos. Os juros acumulados são também distribuídos entre os sócios, em geral proporcionalmente às poupanças de cada membro. Pelo facto do cálculo ser complexo, muitas vezes repartem o valor por igual entre membros. Os grupos constituem também um 'fundo social' de valores muito baixos e sem juros, com vista a cobrir as despesas de funcionamento e providenciar créditos (GPCR, 2016, p. 2).

Outro importante aspecto apontado por (Massarongo *et al.*, sd/,) é que os empréstimos adquiridos no grupo são de curto prazo e com taxas de juro relativamente altas, que rondam entre 5% a 30% dependendo da decisão do grupo, conforme ainda explicam os autores e segundo as normas de funcionamento dos grupos, o reembolso dos empréstimos fora dos prazos definidos são sancionados com o pagamento de uma multa previamente estipulada pelo grupo. Como explica Fumo (2015) nos regulamentos/estatutos dos grupos de PCR, os créditos tem a duração de um mês sendo sujeito a multa, o membro que não devolver o valor emprestado depois de um mês, o valor da multa é igual ao valor dos juros mensais. Contudo de acordo com Fumo (2015, p. 57):

Existem casos em que o membro não consegue devolver o valor do crédito. Nestes casos, o grupo faz desconto directo do valor de crédito pedido e dos correspondentes juros no acto da divisão dos fundos gerados no fim do ciclo, este procedimento aplica-se para membros com valores poupados superiores ao valor em dívida. Para membros cuja poupança é inferior ao valor em dívida procede-se a penhora dos bens duráveis do membro (rádio, bicicleta, geleira).

O Grupo de Poupança de PCR cria um fundo social, através de contribuições obrigatórias por reunião, que serve para socorrer ou acudir os membros em casos de emergência definido no regulamento interno. O Grupo de PCR elabora o seu regulamento interno que regimenta o seu funcionamento, assegura a sustentabilidade e eficiência do grupo (OPHAVELA, 2021).

No que respeita a estes GPCR's dados do Banco de Moçambique (BM) reportam que os mesmos estão presentes em todas as províncias perfazendo um total de 4.604 grupos, servindo cerca de 156.562 membros até Dezembro de 2021, os grupos mais estruturados encontram-se nas províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Niassa (BM, 2021). Ainda de acordo com o BM (2021), foram registados um total de 85 operadores, dentre organizações não-governamentais, organizações governamentais e promotores independentes – que promovem os GPCR's com diferentes metodologias e objectivos, registando uma carteira de depósito no valor de 638.524 mil MT, conforme a tabela abaixo:

**Tabela 1: Informação estatística sobre GPCR's em 2021.**

N.º	Província	N.º de Grupos	N.º de Membros	Operadores/ Dinamizadores	N.º de Organizações	Carteira de crédito	Carteira de depósitos
1	Maputo cidade	-	-	-	-	-	-
2	Maputo província	253	6,747	(Prosul-Calipso, Calipsoc, AgroMozal)	2		75,412,583
3	Gaza	551	17,929	(Kulima, FARE/REFF, REFF-NHP, Prosul-FDM, ADCR, IDEPA,	2		62,598,971
4	Inhambane	1236	31,862	(CARE, IDEPA, AIPDC, Kukula, IDPPE, Calipso-Pesca, Gapi-SI,	4		239,519,786
5	Sofala	618	41,473	(ADEM, GAPI, Associação 3.º Bairro, EMC, ADEL-Sofala, Visão	2		80,745,018
6	Manica	200	11,205	(ADEM, OCODEMA, Kubatsirana, Alfalite, Kaedza Samukai,			47,746,107
7	Tete	182	6,864	(Ide-Moçambique, GAPI, Paróquia MITZ, Missão Salesiana Dom			42,398,149
8	Zambézia	708	21,221	18 (Sofreco, AMUDEM, ADRA, CELIN, Visão Mundial, OMM,	4		25,532,434
9	Nampula	395	7,375	(OLIPA-FAO, Swofish, OPHAVELA, KULIMA, ADEL Nampula,	1		1,481,857
10	Cabo Delgado	116	2,93	(Oikos-PROMER, CESAL, AMA, ADEL-CARE, Projecto DEMALIBA, Fundação Contra a Fome, GAPI e Tecnico)	1		43,538,528
11	Niassa	345	8,956	(PROMER-GAPI, SNV, UPCN, UCA, Projecto DEMALIBA)	1		19,551,008
	<b>TOTAL</b>	<b>4,604</b>	<b>156,562</b>	<b>85</b>	<b>17</b>		<b>638,524,440</b>

Fonte: MITADER<sup>9</sup>, sd/ citado por BM (2021).

Os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR's) são uma das iniciativas do Governo orientadas para a inclusão financeira da população rural, têm contribuído para a

<sup>9</sup> Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Local.

melhoria dos níveis de disponibilidade e acessibilidade de produtos e serviços financeiros adequados às necessidades da população rural, onde através da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022 foram definidas políticas e acções prioritárias para o estabelecimento de mecanismos de monitoria, avaliação e coordenação das actividades destes grupos com vista a colectar dados e informações necessários para a produção de indicadores de inclusão financeira, por intermédio das diversas instituições ao nível do Governo, sector privado e parceiros (BM, 2021). Desde o ano 2000, a Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR) hoje Direcção Nacional do Desenvolvimento Económico Local (DNDEL) colabora com diferentes provedores de serviços na promoção desta metodologia (GPCR, 2016). A DNDEL tem a missão de levantamento de informações para o estabelecimento da base de dados, apoio às ASCA`s, e ainda aferir o grau de organização e desenvolvimento destes grupos.

Conforme o Banco de Moçambique (2021, p. 9):

A inclusão financeira é essencial para um desenvolvimento económico sustentável, pois a sua importância tem-se elevado à medida que, internacionalmente, se reconhece o papel que a mesma tem no estímulo à poupança financeira, no financiamento à economia e, conseqüentemente, na expansão da actividade económica, geração de renda e redução da pobreza, resultando no desenvolvimento económico, na redução das desigualdades sociais e na melhoria do bem-estar da população, no geral.

### 3.2 Atividades desenvolvidas pelos membros dos Grupos Poupança e Crédito Rotativo

Os grupos de poupança são mais envolvidos em actividades comerciais e de produção muito modestas que exigem muito pouco do capital e são, até certo ponto já capitalizados pela poupança pessoal, o dinheiro proveniente do grupo é usado principalmente para permitir a diversificação para outras actividades e para manter as actividades existentes em funcionamento ao em vez de capitalizar, (FUMO, 2015). Conforme argumenta (Massarongo *et al.*, sd/, p. 270) há que notar que a maioria das actividades comerciais desenvolvidas é informal e de pequena escala, com concentração de muitas pessoas desenvolvendo as mesmas actividades<sup>10</sup>. De acordo com estes autores e com base no trabalho de campo desenvolvido por eles nas Províncias de Inhambane e Manica sobre grupos de poupança e crédito informais:

---

<sup>10</sup> Dado que as actividades não demandam qualificações além das mais básicas, e dificilmente diversificam e criam ligações, o número de pessoas que entram para o desenvolvimento das mesmas actividades tende a reproduzir-se muito rapidamente.

Oportunidade para expansão de negócios do sector privado em Moçambique, as actividades comerciais incluíam a venda de produtos de primeira necessidade, de comida confeccionada, de roupa usada conhecida como “calamidades” (em “bancas e/ou barracas” nos mercados, nas estradas e nas suas residências), comercialização de produtos agrícolas e sementes, venda de animais, confecção de roupa, venda de lenha e carvão vegetal, extracção e venda de ouro (especificamente em Manica) entre outros investimentos.

No estudo de Rosário (2020) sobre a influência socioeconómica da existência dos grupos de poupança e crédito rotativo no distrito de Marracuene, província de Maputo - Moçambique, destacam-se a agricultura e a pesca como as principais actividades exercidas pelos integrantes dos GPCR, segundo o estudo 36.67% afirmaram que desenvolvem a agricultura como actividade geradora de rendimento e 33.33% tem na pesca a actividade geradora de renda e apenas 30% disseram exercerem outras actividades que são de pedreiros, carpinteiros, comerciantes e professorado. Para FSD Moç., (2017, p. 12) "o crescimento das associações de poupança e crédito acumulado (ASCAs) permitiu aos pequenos produtores ter acesso aos produtos de poupança e crédito de forma mais conveniente". Segundo Ophavela (2021) a grande maioria dos membros destes grupos realiza actividades económicas informais na cadeia de valor da agricultura de subsistência e pesca de pequena escala, com enfoque aos membros dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs). Mais de metade dos membros dos GPC entrevistados indicou que, depois de integrar o grupo, ou mudou de actividade ou criou novas fontes de rendimento ou ampliou o seu negócio/actividade, ou ainda guardou uma parte dos rendimentos auferidos no final do ciclo como poupança (ALI ET AL., 2014).

### **3.3 Impacto socioeconómico dos grupos de poupança e crédito rotativo sobre o desenvolvimento das comunidades rurais**

Na óptica do Governo, os GPC têm sido equacionados como um alicerce para o desenvolvimento económico local através da melhoria dos níveis de consumo das famílias, do seu bem-estar e do acesso a financiamento para as suas actividades (MAE, 2011 apud ALI ET AL., 2014). Carrilho e Teyssier (2011) citado por Rosário (2020) afirmam que o modelo PCR foi rapidamente adoptado pelo IDPPE (Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala) por ser um potente instrumento de desenvolvimento social e promoveu a criação de

grupos nas suas zonas de actuação, directamente (em Cabo Delgado e Norte de Nampula), ou por via de ONG's locais contratadas para o efeito.

Como refere Meneses (2011, p.15):

As comunidades pesqueiras têm-se confrontado com condições sociais desfavoráveis resultantes da prática de actividades da pesca artesanal de baixa produtividade, perdas do pescado após captura, deficientes condições de comercialização dos produtos e insumos da pesca, condicionando-lhes baixa rendibilidade da actividade e como consequência enfrentam dificuldades relacionados com saúde, habitação condigna, nutrição rica, limitado e complexo acesso por parte dos pescadores artesanais aos serviços financeiros (crédito) para realização de actividades de geração de rendimento de forma a melhorar as condições de vida.

O Governo de Moçambique, representado pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) recebeu crédito e doações do Banco Mundial, para implementação através do promotor Ophavela do projecto de Apoio à Governança e Crescimento Partilhado das Pescarias do Sudoeste do Oceano Índico (SWIOFish1-Mz) com enfoque na promoção de negócios de pescas locais sustentáveis e outras melhorias através de Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (GPCR), tendo como grupo alvo pessoas de baixo rendimento e enfatizando mulheres organizadas em Grupos de Poupança e Crédito, o projecto teve o propósito de promover negócios de pescas locais sustentáveis nos distritos de Mogincual, Liupo (Quinga), Angoche, Larde e Moma na província de Nampula, focalizada as comunidades pesqueiras OPHAVELA (2021). Segundo Ophavela (2021) a implementação dos serviços financeiros providenciados pelos GPCR's dentre outras promoveu o empreendedorismo e facilitou o acesso aos produtos de primeira necessidade nas zonas rurais através do reforço e surgimento de cantinas rurais, alternância de fontes de subsistência (abertura de machambas, expansão do negócio, etc.), e aquisição de insumos de pesca ou agrícolas.

No estudo de Rosário (2020) os integrantes dos grupos inqueridos no distrito de Marracuene, província de Maputo são unânimes (96.67%) em afirmar que a actividade de poupança e crédito rotativo é importante para o desenvolvimento das suas actividades e consequente bem-estar social das suas famílias. GPCR (2016, p. 3) explica que "os recursos financeiros poupados são utilizados essencialmente para desenvolvimento de negócios, melhoria das condições de habitação, aquisição de bens domésticos e de produção, cobertura de despesas correntes e outros investimentos como educação dos filhos".

Conforme analisado no estudo de Fumo (2015) sobre acesso aos serviços financeiros para as famílias rurais em Moçambique: estudo de caso sobre os grupos de poupança e crédito

rotativo nas províncias de Nampula e Sofala, os membros destes grupos afirmaram concordar que a participação no PCR melhorou o padrão de vida da sua família, certamente pelo facto de a renda proveniente da poupança contribuir para acumulação de bens duráveis como por exemplo congelador, geleira, chapas de zinco, cimento, blocos, cadeiras entre outros, para além do facto de a participação no grupo contribuir para uma maior coesão social entre os seus membros. Segundo este autor serve também para pagar despesas ocasionais e urgentes das famílias, tais como doenças ou propinas escolares.

No mesmo sentido Rosário (2020) apurou que a maioria dos participantes dos grupos de poupança e crédito rotativo tem a consciência da importância desses serviços, uma vez que os mesmos afirmam que com o serviço já conseguem realizar poupanças, acumulam os seus activos, melhoraram a dieta alimentar e conseguem fazer frente as emergências que surgem. Mais da metade dos adultos em idade de trabalhar não tem acesso a serviços financeiros, especialmente em áreas rurais de países em desenvolvimento (FSD Moç., 2017). Para Rosário (2020, p. 205) "a presença das solteiras (os) como integrantes dos grupos de poupança e crédito mostra que elas/eles são as mais necessitadas (os), são eles (as) que têm dificuldade em arranjar emprego, têm pouco apoio do companheiro (a), por isso, acabam recorrendo aos grupos como um meio de sobrevivência".

Os GPCR têm implicado várias mudanças na vida das comunidades. O processo de desenvolvimento resultante do GPCR implica mudanças e transformações no quotidiano das comunidades ao impulsionar o crescimento económico através do incremento e aperfeiçoamento da actividade económica e consequente ampliação do número de postos de trabalho oferecidos, e ainda pela melhoria das condições de vida e do bem-estar dos seus integrantes (acesso a saúde, educação, alimentação, compra de bens duráveis e moradia condigna).

De acordo com Rosário (2020, p. 208):

Esta actividade permite também desenvolver relações sociais de inter-ajuda que possibilitam solucionar emergências e fortificação de laços de afinidade e solidariedade entre os membros. Ou seja, verificou-se que ocorrem contribuições eventuais fora do GPCR (entre os membros que têm uma certa afinidade) para casos de falecimento, imprevistos (assaltos e/ou destruição de residência, compra de material escolar dos filhos etc.).

Fumo (2015) no seu estudo constatou que a participação nos grupos da PCR por parte das famílias rurais, tem um efeito positivo, na vida destas, na medida em que nestes grupos, cria-se o hábito da poupança, através da qual as famílias conseguem acumular bens duráveis,

iniciar pequenos negócios, assim como pagar a educação e saúde dos filhos, para além de melhorar a literacia financeira e coesão social dos participantes.

Assim percebemos que para além dos benefícios económicos estes grupos acabam tendo uma função social onde os seus membros se ajudam em caso de infortúnios ou situações inesperadas através da solidariedade existente resultante da integração nos grupos.

O enfoque de desenvolvimento humano defende o desenvolvimento como um processo de alargamento de oportunidades e eleição de todas as pessoas – homens, mulheres, adultos, anciãos e crianças – numa sociedade (NUSSBAUM, 2002; SEN, 2012 e 2003 apud CAPAINA, 2017).

Para além dos benefícios acima mencionados estes grupos de poupança também servem para aumentar o empoderamento das mulheres nas comunidades, sendo este um dos desafios actuais da sociedade. De acordo com Ali *et al.*, (2014) evidencia-se o reforço do papel socioeconómico da mulher, pois esta tem sido vista como sendo mais vulnerável em termos do seu enquadramento socioeconómico. Ainda de acordo com estes autores grande parte dos operadores, como a CARE e outros, no início da promoção dos GPC tinham e continuam a ter um enfoque nas mulheres que se encontram em situação economicamente vulnerável, com o intuito de possibilitar uma maior participação destas nos GPC e na comunidade e fortalecer o seu papel, de modo a que estas possam ter maiores capacidades de gestão dos seus recursos e de liderança. Como referenciado no Perfil de Género (2016) a pobreza extrema tem um grande impacto especialmente nas mulheres e raparigas, e têm contribuído para a sua situação precária no país (USAID *GENDER* 2013 apud MGCAS 2016). Como argumenta Capaina (2017) as finanças e os órgãos de tomada de decisão são vistos como recursos cujo acesso permite a esta mulher ter capacidade de produção e de desenvolvimento. Ainda para o mesmo autor aspectos como a capacidade de obter renda, o papel económico fora da família, (...) contribuem positivamente para trazer força à voz e à acção das mulheres – reforçando o seu estatuto social no funcionamento da unidade doméstica e da sociedade em geral – isso através de sua independência e autonomia (IBIDEM, 2017, p.7).

Estes GPCR possibilitam o aumento da capacidade das mulheres de participarem na sociedade através do seu envolvimento em pequenos negócios, visto que muitas delas tem rendimentos insuficientes para cobrir as suas necessidades domésticas, e estarem inseridas

nestes grupos garante-lhes mais renda e autonomia económica e financeira através dos quais contribui para que possam ter acesso a alimentação, saúde e educação dos filhos, proporcionando uma redução da pobreza e contribuindo assim para o alcance de 5º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU de alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030.

Os GPCR acabam sendo um aliado na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira<sup>11</sup> (2016-2022) em Moçambique por facilitar a inclusão financeira nas comunidades rurais através das suas actividades de poupança e crédito rotativo. De acordo com os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (sd/) os PCR funcionam como mecanismo de inclusão financeira pois em zonas onde não existem instituições financeiras formais são alternativa de acesso a recursos financeiros. Acrescenta Rosário (2020) que a metodologia de Poupança e Crédito Rotativo se revelou um factor fundamental de “educação financeira”, permitindo na prática que essa população conheça e entenda conceitos financeiros básicos como poupança, capital, juros, prazo de crédito, obrigação de pagamento do crédito, etc. Para o FSD. Moç. (2017) o aumento dos grupos informais de poupança, conhecidos como ASCAs, são frequentemente o primeiro passo importante para a inclusão financeira. O foco da inclusão financeira na agenda de desenvolvimento deriva da correlação positiva entre a pobreza e o acesso a finanças, que tem sido diagnosticada em diferentes estudos (COUNTS, 2008; YUNUS, 2010; AYYAGARI, BECK & HOSEINI, 2013 apud ALI *ET AL.*, 2014). Ainda segundo Ali *et al.*, (2014) a expansão do acesso a serviços financeiros para os mais pobres é vista como um mecanismo de redução da pobreza.

No entender de Sen (2000), a avaliação de desempenho de uma sociedade deve ir além do crescimento económico, é importante uma avaliação de como as pessoas estão na saúde, na educação e nas demais dimensões de seu bem-estar. O objectivo é a liberdade, a fim de que os indivíduos não sofram privação de capacidades e estejam livres para viver do modo que preferirem.

---

<sup>11</sup> A inclusão financeira é essencial para um desenvolvimento económico sustentável. A sua importância tem-se elevado à medida que, internacionalmente, se reconhece o papel que a mesma tem no estímulo à poupança financeira, no financiamento à economia e, conseqüentemente, na expansão da actividade económica, geração de renda e redução da pobreza, resultando no desenvolvimento económico, na redução das desigualdades sociais e na melhoria do bem-estar da população, no geral (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2021).

Dessa forma os Grupos de Poupança e Crédito Rotativo acabam influenciando em aspectos sociais e económicos dos seus integrantes contribuindo de forma positiva para o seu bem-estar e dos seus familiares e consequentemente ajuda na redução da pobreza, e no fortalecimento das relações sociais.

Além disso, o grande desafio do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024 centra-se na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias moçambicanas, na redução das desigualdades sociais e da pobreza, na criação de um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, com um forte estímulo na criação do emprego, que por sua vez trariam ganhos económicos e sociais as comunidades rurais. Estes grupos de poupança acabam dando um auxílio na materialização deste programa do Governo pois através destes grupos consegue-se obter produção, rendimento e emprego.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É notável a importância dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo nas actividades económicas e na vida social. Estes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo têm uma relevância económica e social para o desenvolvimento das comunidades rurais em Moçambique, pois criam condições para o acesso fácil ao crédito de uma maneira informal, principalmente em zonas onde não possuem/existem serviços financeiros e bancários estes acabam sendo alternativa a limitada oferta destes serviços. O fácil acesso ao crédito permite que os seus integrantes melhorem as suas condições de vida e o seu bem-estar económico e social (negócio, poupança, habitação, compra de bens duráveis, saúde e educação dos seus filhos).

Os grupos de poupança tornam-se relevantes aos grupos mais fragilizados ou excluídos da sociedade nomeadamente de baixa renda, jovens, desempregados e as mulheres, pois através destes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo estes indivíduos têm maiores capacidades de gestão dos seus recursos e de liderança.

Através do presente estudo apurou-se que em 2021 o país contava com 4.604 Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, com 156.562 membros, assistidos e acompanhados por 85 operadores dentre organizações não-governamentais, organizações governamentais e promotores independentes.

Estes grupos de poupança além de ajudar a manter e reforçar algumas actividades já existentes contribuem para que novas actividades surjam através de diversificação das mesmas entre os diferentes integrantes, havendo casos até em que um mesmo integrante possa exercer várias actividades ao mesmo tempo.

Verificou-se que além dos benefícios económicos estes grupos possuem uma função social de ajuda mútua dos seus integrantes em caso de situações inesperadas, o que acaba criando uma afinidade/familiaridade entre os seus membros.

Assiste-se a uma forte participação das mulheres nestes grupos de poupança acabando por resultar no seu empoderamento através da sua auto-suficiência na busca de oportunidades económicas e sociais proporcionando alívio da pobreza nas suas casas.

Através destes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo assiste-se a inclusão financeira das comunidades rurais através da poupança e crédito e a familiarização com aspectos relacionados a conceitos financeiros básicos, o que tem sido uma limitante nas suas decisões ao aderirem aos serviços financeiros tanto formais como informais.

De uma maneira geral, podemos perceber a importância destes Grupos de Poupança e Crédito Rotativo nas comunidades rurais onde se observam mudanças positivas ao seu redor contribuindo para o seu desenvolvimento local e conseqüente redução da pobreza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, R.; IBRAIMO, Y.; MASSARONGO, F.; MASSINGUE, N.;. Grupos de Poupança e Crédito Rurais como Opção para a Inclusão Financeira: Uma Análise Crítica. **Desafios para Moçambique 2014**, p. 137- 162.

Banco de Moçambique (2021). **Relatório de Inclusão Financeira 2021**. Maputo: Banco de Moçambique. Disponível em: [https://www.bancomoc.mz/fm\\_pgTab1.aspx?id=302](https://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=302). (consultado a 2 de Junho de 2022).

BARROS, J. G. **Um estudo de avaliação das políticas públicas de transporte rodoviário de passageiros e o seu impacto na promoção do desenvolvimento socio-económico em Moçambique – O caso da província de Nampula**. 2016. 426f. Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais na especialidade de Desenvolvimento Socioeconómico. Universidade de Lisboa.

CAPAINA, N. Criando capacidades para o desenvolvimento: O género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique. Documento de Trabalho, nº 49 Março 2017, **Observatório do Meio Rural**.

DORIGUEL, F. e BONACHELA, F. S. **Condições da infraestrutura de transporte para o escoamento da produção agrícola brasileira.** Área Temática: Mercado, Comercialização e Comércio Internacional. Tekhne e Logos, Botucatu, SP, v.8, n.3, Outubro, 2017. Edição Especial – IX SINTAGRO.

FSDMoç -*Financial Sector Deepening* Moçambique. **Promovendo a Inclusão Financeira de Agregados Familiares de Pequenos Produtores em Moçambique**, 2017.

FUMO, S. D. **Acesso aos Serviços Financeiros para as Famílias Rurais em Moçambique: Estudo de Caso de Poupança e Crédito Rotativo nas Províncias de Nampula e Sofala.** 2015. 107f. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Economia Agrária, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

GdM (Governo de Moçambique), 2020. **Programa quinquenal do Governo para 2020-2024.** Maputo, Moçambique.

GdM (Governo de Moçambique), 2016. **Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (2016-2022).** Maputo: Banco de Moçambique.

Grupos de Poupança e Crédito Rotativo em Moçambique. **Uma metodologia de financiamento rural, de fácil acesso**, 2016.

MASSARONGO, F.; MASSINGUE, N.; ALI, R.; e IBRAIMO, Y. Grupos de poupança e crédito informais: Oportunidade para expansão de negócios do sector privado em Moçambique? Análise baseada no estudo de caso das províncias de Inhambane e Manica. **Desenvolvimento rural e industrialização** p. 260-278.

MENESES, E. L. **Impacto da Poupança e Crédito Rotativo no Domínio de Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Artesanais (2004-2009).** 2011. 62f. Monografia apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em Gestão, Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Ministério do Género, Criança e Acção social (MGCAS). 2016. - **Perfil de género em Moçambique.** Maputo.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento, **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, Maio/Ago. 2002.

OPHAVELA – Associação para o Desenvolvimento Socioeconómico, **Relatório final (14/05/2018 a 31/12/2020).** PROJECTO SWIOFish1-Mz. Promoção de Grupos de Poupança e Crédito Rotativo, Província de Nampula.

ROSÁRIO, N. M. **Desenvolvimento Territorial e a Política Nacional de Água em Moçambique: O caso do Distrito de Chibuto.** 2014. 169f. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ROSÁRIO, N. M. Influência socioeconómica da existência dos Grupos de Poupança e Crédito Rotativo no Distrito de Marracuene, Província de Maputo-Moçambique. **Sociedade e Território** – Natal. Vol. 32, N. 1, p. 195 – 213 Jan./Jun. de 2020 / ISSN:2177-8396.

SEN, A. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

TRINDADE, C. C. Além do económico: reflexões sobre os significados do xitiki, uma prática informal de poupança e crédito rotativo de Maputo, Moçambique. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 285-308, Ago./Dez. 2018.

VASCONCELOS, M. A.; e GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

*Recebido em Fevereiro de 2023*

*Aprovado em Junho de 2024*

*Publicado em Agosto de 2024*